

Situação do operariado nas vésperas da implantação da República

*Os três capítulos que se seguem constituem a principal parte documental de um trabalho mais amplo dedicado ao tema em epígrafe (**). Por seu turno, o intento de tal trabalho é duplo: por um lado, inverter a ordem tradicional do discurso histórico sobre a classe operária predominante entre nós, ordem essa que tem quase invariavelmente procedido das organizações para a classe, eventualmente as suas lutas e, por último, e só raramente, o conjunto das suas condições de vida e de trabalho — que constitui aquilo a que, na esteira de certos autores italianos, se tem chamado a composição política do operariado; por outro lado, visa-se naquele trabalho inverter a ordem tradicional do discurso histórico sobre as relações entre o operariado e a República de 1910, ordem essa que tem quase sempre procedido da esfera político-ideológica para a esfera socioeconómica. Naturalmente, os três capítulos que se seguem não chegam, por si sós, para responder cabalmente às duas questões colocadas acima. Na melhor das hipóteses, apontarão para uma maneira diferente de abordar a história operária em Portugal.*

I

COMPOSIÇÃO POLÍTICA DO OPERARIADO NAS VÉSPERAS DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

A própria noção de composição de classe aponta, ao contrário de muitas interpretações que vêem a classe operária como um bloco homogéneo, para uma análise tão fina quanto possível das secções em que se divide o operariado e, mais latamente, o proletariado. Nesta perspectiva, cada ciclo de lutas corresponderá a um movimento de recomposição política, ou seja, um processo através do qual a classe tende a homogeneizar-se, sob a hegemonia de tal ou tais secções, homogeneização a medir certamente mais pelas formas e os conteúdos das movimentações do que pelas ideologias explícitas ¹.

* St. Antony's College, Oxford.

** A publicar em livro, em Outubro próximo. Livro que é uma das obras com que se iniciará a colecção «Análise Social», uma nova colecção do Gabinete de Investigações Sociais a editar através da Editorial Presença.

¹ A noção, ou conceito, se se preferir, de *composição política de classe* aponta para a análise diacrónica de um processo em que se articulam, por um lado, qualificação profissional, componentes sociológicos da classe e composição orgânica do capital (por outras palavras, a relação de trabalho imediato) e, por outro lado, organização

Assim, vejamos algumas das maiores divisões que atravessam o corpo do proletariado português da época. Estas divisões não são, julgo, meramente sociológicas, mas políticas. Tanto assim, que essas divisões nunca chegaram a ser totalmente superadas, mesmo nos momentos mais altos da movimentação de classe. Cada uma destas grandes secções teve os seus tempos de luta e os seus comportamentos próprios, que nem sempre coincidiram nem desembocaram espontaneamente numa frente unificada e coordenada. A ser verdade o que venho sugerindo, é sem dificuldade que se reconhece o papel, relativamente autónomo, do que se costuma chamar o movimento organizado em relação ao movimento espontâneo.

Estas grandes divisões, que identificamos a seguir, surgem, antes de mais, sob a forma de divisões regionais, mas procuraremos nos capítulos seguintes cruzá-las com outros dados, de maneira a superar, se possível, a simples geografia socioeconómica.

A REGIÃO DE LISBOA E SETÚBAL *

A primeira característica desta região é a sua grande diversidade produtiva, organizada em torno de duas concentrações em forte alta — a cortiça e as conservas —, assim como uma série de ramos em expansão: química, oficinas metalomecânicas, construção naval, etc. Além disso, primeira cidade e capital do País, Lisboa está à frente na construção civil, ao mesmo tempo que agrupa uma série de serviços urbanos — água, gás, electricidade, limpeza, correio e telecomunicações, Carris de Ferro, etc.

de classe e iniciativa capitalista. Uma das principais consequências da introdução de tal conceito é tirar ao mercado, em particular o mercado do trabalho, o carácter estático de *dado* pretensamente objectivo, para lhe emprestar o cunho dinâmico de uma componente, entre outras, do próprio processo da luta de classes. Esta noção de *composição política de classe* tem vindo a ser elaborada, na última quinzena de anos, no âmbito de uma teoria mais vasta cuja matriz pode agora ser melhor conhecida entre nós depois da tradução de *Operários e Capital*, de Mario Tronti, Porto, Afrontamento, 1976.

Contrariamente ao que parece crer um jornalista que recentemente recenseou o livro na imprensa portuguesa (Vicente Jorge Silva, *Expresso*, Lisboa), tal matriz teórica, longe de ser «abstracta e estéril», está na origem de uma profusão de estudos concretos (sem falar na actividade dos grupos de intervenção política que a ela têm estado ligados, em Itália e noutros países) que é impossível citar aqui por extenso: eles vão desde a análise circunstanciada da composição política de classe de certas grandes fábricas (como a Ford-Dagenham, a Fiat-Mirafiori ou a Olivetti-Ivrea) à análise da reforma do Estado capitalista à luz da «revolução keynesiana» (Antonio Negri). A estes *corpus* teórico se ligam inclusivamente a abordagem da organização do espaço social urbano, absolutamente inédita, promovida por Manfredo Tafuri e seus colegas, e até certas experiências literárias de tipo novo, de que é exemplo o «romance-panfleto» de Nanni Balestrini *Vogliamo Tutto*, já traduzido em vários idiomas. Nesta mesma sede foram ainda revolucionados temas tão batidos como a história do movimento operário norte-americano ou — ainda mais discutido — o que sucedeu à classe operária alemã sob o nazismo: refiro-me ao trabalho *Die «andere» Arbeiterbewegung (O «outro» movimento operário)*, de Karl-Heinz Roth, militante da esquerda extraparlamentar presentemente encarcerado na Alemanha Federal; ou temas-tabu, como as relações entre a classe operária e o Estado soviético (Rita di Leo). Mas o leitor interessado terá no «Prefácio à edição francesa», de Yann Moulier, publicado no fim da edição portuguesa de *Operai e Capitale*, um excelente apanhado da teoria e da prática desta tendência, à qual já há quem chame «a escola italiana».

* Esta secção é tanto mais curta quanto o tecido industrial da região é tratado em pormenor noutro capítulo, aqui não publicado, relativo ao aparelho industrial português da época.

— cujos trabalhadores integram o tecido proletário. Principal porto do País e então um dos mais movimentados da Europa, Lisboa e a Outra Banda concentram um quantitativo de portuários, desde fragateiros a estivadores, estimado em, pelo menos, 5000 unidades, além de conter os terminais e oficinas das principais linhas férreas.

Reúne assim a região toda a gama possível de estabelecimentos industriais e para-industriais, desde a oficina à fábrica com mais de 1000 operários, como a C. U. F. do Barreiro. Isto vai permitir a circulação, sem solução de continuidade, dos homens e dos temas reivindicativos entre a grande indústria e os grandes serviços urbanos, por um lado, e a infinidade de pequenas oficinas, até à loja do sapateiro ou do alfaiate, por outro lado. Esta circulação será, creio, uma das condições da massificação, ao nível do conjunto da concentração urbana proletária, dos objectivos mais avançados.

Estabelecer-se-ia assim uma real dialéctica, que não pode deixar de escapar a uma análise puramente quantitativa, entre os objectivos elaborados pelo operariado das fábricas maiores, respeitantes sobretudo ao salário e ao horário de trabalho, e a filtragem a que os operários mais instruídos e qualificados das pequenas oficinas submetem esses objectivos, dando-lhes um conteúdo político mais preciso. Assim, teria surgido a necessidade de um movimento organizado que ultrapassasse a organização espontânea de cada grande fábrica, abrisse o movimento a objectivos sociais, como o alojamento, a carestia e a ajuda mútua, e lhe desse, por fim, a dimensão ideológica, desde a instrução operária, em sentido lato, até ao antimilitarismo, tudo isto temperado progressivamente pelo espírito libertário.

Julgo ter sido esta precisa combinatória que tornou possível a hegemonia sindicalista-revolucionária sobre o movimento operário, segundo um modelo que nos parece aproximar-se do de Barcelona ². Em contrapartida, o sindicalismo revolucionário só muito mais tarde, e visivelmente por contágio ideológico, sem alcance real sobre o movimento espontâneo, se orientaria um pouco no sentido conselhista ou soviético: contrariamente à Rússia, à Alemanha sobretudo, ou mesmo à Inglaterra e à Itália, não existia aqui praticamente essa figura operária portadora eminente da ilusão autogestionária, que mais tarde se volveria ideologia conselhista, ou seja, o operário altamente qualificado das grandes concentrações da metalomecânica e da construção naval ³.

² Cf. Gerald Brennan, *The Spanish labyrinth* (tradução espanhola, Ruedo Ibérico, Paris, 1970), nomeadamente pp. 105 e segs. No que respeita à evolução, parecida com a portuguesa, de certos sindicalistas revolucionários catalães no sentido da adesão à Internacional Sindical Vermelha (I. S. V.), primeiro, e à formação do Partido Comunista, cf. Joaquín Maurín, *Revolución y contra-revolución en España* (reedição Ruedo Ibérico, Paris, 1970) e Andrés Nin (*Los problemas de la revolución española*, (prefácio e compilação de Juan Andrade, Ruedo Ibérico, Paris, 1971). Estes dois dirigentes operários catalães romperiam posteriormente com o estalinismo e participariam na formação do Partido Operário Unificado Marxista (P. O. U. M.); este último desenvolvimento do movimento operário organizado na Catalunha não tem, como se sabe, paralelo em Portugal, quanto mais não fosse por causa do regime que se abatera sobre a classe operária portuguesa em Maio de 1926.

³ Dois exemplos clássicos do conselhismo são os estaleiros navais do Clyde, em Glásgua, onde surgiu o movimento dos *shop stewards*, base de classe do futuro Partido Comunista Britânico; ou as ocupações das fábricas, a partir da Fiat, em Turim, em 1920 (cf. P. Spriano, *L'occupazione delle fabbriche*, Turim, 1964). Sobre os soviéticos, conselhos de fábrica e controlo operário na Rússia de 1917, cf. artigo de Ana Pankratova em *Autogestion*, n.º 4, Paris, 1968; sobre as posições de Lenine em rela-

Aqui, o tipógrafo, o serralheiro, o mecânico, ou mesmo o sapateiro, o alfaiate ou o marceneiro, podem, por certo, ir comunicando a sua cultura libertária à massa dos proletários analfabetos, mas a sua influência ideológica era contrariada pelo facto de o operariado das raras grandes concentrações ser aqui, no essencial, um operariado sem qualificação, indiferenciado, muitas vezes feminino e/ou infantil, em suma, um operariado que não mantém com o seu trabalho a relação de produtor consciente na qual se fundamenta a ilusão autogestionária. Aqui, a massa dos operários é móvel, frequentemente desempregada, não mantendo senão relações instáveis com o ofício e a empresa.

A única «aristocracia» que se vê emergir da implantação da República até ao advento do fascismo é, talvez, a dos ferroviários e, neste caso, é a descentralização que joga contra o conselhismo. Um pólo de classe merecia ser estudado em pormenor: as oficinas mecânicas do caminho-de-ferro de Sul e Sueste, no Barreiro, que por esta altura empregavam uns 600 operários. Infelizmente, sabemos demasiado pouco sobre elas, excepto o papel altamente militante que desempenharam em todas as lutas — e o facto, por ora apenas indicativo, que é lá que surge, cremos que pela primeira vez, uma concepção da organização e do quadro revolucionário nos quais se pode descortinar um tipo de evolução semelhante à passagem do sovietismo ao bolchevismo ⁴.

A REGIÃO DO NOROESTE

Tem o seu epicentro no Porto e estende-se para norte até ao distrito de Braga, ao longo dos vales do Ave e do Vizela, e para sul, pelo distrito de Aveiro, segundo «carreiros de industrialização» que penetram, sem o destruir, no meio rural dominante. É aqui que predomina a têxtil algodoeira e do linho. Fora do Porto, pode-se dizer que a pequena indústria,

ção aos conselhos de fábrica e ao controlo operário, ver artigo de D. Limon na mesma revista. Enfim, no que respeita ao movimento conselhistas na Alemanha — Arbeiter Rate —, ver o artigo modelar de Sergio Bologna «Composizione di classe e teoria del partito alle origine del movimento consiliare», in *Operai e Stato: lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*, Milão, ed. Feltrinelli, 1972.

⁴ Estamos a pensar num homem como Miguel Correia, dirigente sindical ferroviário e dirigente confederal, de quem Alexandre Vieira diz «não compreender que ele tenha sempre presente a questão do poder». Miguel Correia é o autor de um texto de 1920 onde claramente se distingue o movimento espontâneo e a organização política: «Se todos estes ferroviários que, como eu, possuem um pouco de cultura intelectual, se consagrassem ao estudo do meio social e da estrutura da classe (*sic*) no seio da qual eles agem, não se dariam ao luxo de dizer um estendal de asneiras sobre factos que se manifestaram colectivamente e de que se julgavam na posse individual, quando na realidade só se aperceberam deles quando foram submetidos à mesma lei de unidade mental sob a qual se produziu a acção da multidão de que faziam parte, no momento em que não tinham disso consciência individual.» (citado por Alexandre Vieira, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, 1959, p. 53). Por outras palavras, Miguel Correia marca bem que uma coisa é o operário ou o activista que segue o movimento quando este se exprime a nível de massa e outra é o quadro, o dirigente, que, a partir do «estudo do meio social e da estrutura de classe», tem suficiente antecipação sobre o movimento espontâneo para o dirigir. É uma concepção da organização, da relação dirigente/massa, que já tem algo que ver com o bolchevismo. Não esqueçamos, aliás, que estamos em 1920 e que a revolução bolchevique já encontrara, na *Bandeira Vermelha* e na Federação Maximalista (1919), uma rede de agitação e propaganda em Portugal.

como existia na região de Lisboa, está praticamente ausente: ou se trata de fábricas grandes, mais ou menos isoladas no campo, como a de Riba de Ave, com 3000 operários e operárias; ou então domina o trabalho caseiro por conta do industrial ou do comerciante de panos; a pequeníssima oficina de aldeia parece funcionar ainda segundo uma economia rural de troca de serviços ou de bens, mais do que de troca de dinheiro⁵.

E, se o pagamento do salário em géneros praticamente já não existe⁶, a verdade é que a paga operária continua a desempenhar o papel de «complemento» bem conhecido⁷. As paisagens urbana e rural, uma vez fora dos limites da cidade do Porto, não estão separadas, como, de resto, ainda hoje não o estão: a força de trabalho «excedente» não se apinha, portanto, às portas das grandes fábricas ou das obras, mas emigra, de preferência para o estrangeiro⁸. Por outro lado, não parece ter o menor cabimento a ideia de uma predisposição qualquer da indústria rural para se transformar sob a concorrência da grande indústria: tudo leva a crer que o tra-

⁵ Ver, por exemplo, a monografia de uma família rural de Lagarinhos, concelho de Gouveia, realizada por Poinard em 1909 e transcrita nos meus *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal: Séculos XIX-XX*, (Porto, Inova, 1974). Nomeadamente, Poinard conta: «Pinheiro paga ao barbeiro da aldeia, a título de contrato anual para ele e os filhos, um alqueire de milho.» (p. 416.)

⁶ Nas setecentas e tal páginas da Inquirição de 1909 apenas encontramos uma referência ao pagamento de salários em géneros nas actividades industriais ou para-industriais; nos campos, naturalmente, era frequente o pagamento parcial do salário em géneros, mas isso ainda hoje é verdade mesmo em países num estágio de desenvolvimento mais avançado que Portugal.

⁷ Poinard ilustra este tema bem conhecido numa monografia sobre a família de um mineiro-camponês de Braçal, distrito de Aveiro. Explica ele, candidamente, como o sistema é satisfatório: trabalhando na mina, o camponês pode completar o rendimento insuficiente que extrai do trabalho da terra; quanto à empresa mineira, pode assim pagar mais barato ao trabalhador, pois ele não precisa de mais, visto ter a sua pequena exploração agrícola!

⁸ Já me expliquei longamente sobre o feixe de efeitos e contra-efeitos da emigração. Permito-me, pois, remeter o leitor para o meu *Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no séc. XIX*, nomeadamente pp. 41-42 e 301-309, e também para uma passagem que continuo a considerar como válida dos meus *Materiais...*, pp. 85-86. Acrescentemos, à guisa de informação, que ressalta claramente da Inquirição de 1909 que a emigração, por aquela altura e até à primeira guerra mundial, não só afecta o campesinato arruinado, como é fortemente sentida pelo pessoal das oficinas e fábricas, sobretudo no Norte, e muito em especial, como era de prever, nos ofícios em declínio. Para mais informação, aqui ficam os números relativos à emigração conhecida durante o período que nos interessa:

1890	...	...	20 614	1906	...	...	38 043
1891	...	...	23 585	1907	...	...	41 950
1892	...	...	21 074	1908	...	...	30 145
1893	...	...	30 383	1909	...	...	35 223
1894	...	...	26 911	1910	...	...	39 515
1895	...	...	44 746	1911	...	...	59 661
1896	...	...	27 680	1912	...	...	88 929
1897	...	...	21 334	1913	...	...	77 645
1898	...	...	23 604	1914	...	...	25 730
1899	...	...	17 774	1915	...	...	19 314
1900	...	...	21 235	1916	...	...	24 897
1901	...	...	20 646	1917	...	...	15 825
1902	...	...	24 170	1918	...	...	11 853
1903	...	...	21 611	1919	...	...	37 138
1904	...	...	28 304	1920	...	...	64 783
1905	...	...	33 610				

balho caseiro e a própria oficina de tecelagem manual foram, no essencial, induzidos pela grande indústria, que surge assim como que «oferecendo» um rendimento suplementar à exploração camponesa familiar arruinada ou em vias disso ⁹.

Nesta região, parece ser o regime da fábrica única e/ou da monoprodução industrial que predomina: as terras são aliás conhecidas, muitas vezes, pela actividade que lá se exerce, segundo um modelo parecido com o de uma região francesa como o Limousin, com a porcelana de Limoges, os cortumes de Saint-Junien, as tapeçarias de Aubusson, etc. (mas sem a ideologia socialista): aqui são os chapéus e os sapatos de São João da Madeira, a cutelaria de Guimarães, o papel em algumas vilas e aldeias do distrito de Aveiro, sem falar, claro, na têxtil algodoeira de Santo Tirso até Riba de Ave.

Se a grande massa dos operários da têxtil do Norte, de longe a maior indústria do País, se mantiveram relativamente à margem dos movimentos de greve e da agitação proletária dos anos seguintes, é que aqui se não estava submetido aos mesmos temas que circulavam no Sul. A própria temática da «greve geral» não parece ter aqui muito sentido e as reivindicações parecem sofrer os ciclos comerciais, sem verdadeira capacidade de iniciativa autónoma, antecipadora. A alta dos preços, contra a qual os proletários, totalmente cortados do mundo rural, lutarão, de maneira por vezes insurreccional, durante os anos da guerra e do pós-guerra, é aqui moderada pelo facto de a força do trabalho do operário, muitas vezes da operária, ser reproduzida no âmbito da exploração camponesa familiar. O próprio desemprego apresenta aqui uma face diferente da que reveste na cidade industrial: é sempre possível encarar o regresso ao trabalho do campo, ainda que, naturalmente, apertando o cinto, mas sem a ameaça de falta total de tecto e comida...

Seria, todavia, um erro grosseiro pensar que os operários e operárias da têxtil não lutaram. Com efeito, quando dissemos que as lutas tendiam a sofrer o ciclo comercial, não estávamos a sugerir uma atitude puramente passiva. Damo-nos conta do carácter *médio* do operariado têxtil quando sabemos que, durante a guerra, os salários do ramo foram precisamente aqueles que mais de perto se identificaram com a alta dos preços: enquanto certas secções do proletariado ganham terreno e outras perdem, o operariado têxtil viu o seu salário aumentar 23 vezes entre 1914 e 1918, exactamente como o índice geral de preços ¹⁰. Mesmo que estes valores sejam meramente aproximativos, a indicação é preciosa do ponto de vista da análise da composição política de classe.

Não se trata, por certo, de uma coincidência. O operariado têxtil destes anos não é uma vanguarda, e muito menos uma «aristocracia», mas também não é um sector atrasado, marginal, que a organização capitalista possa atacar a seu bel-prazer. Nem tão-pouco um sector que o movimento operário, no seu conjunto, possa dar-se ao luxo de não ganhar a si. Ora parece certo que a junção do operariado têxtil e, mais globalmente, do proletariado das regiões de pequena exploração agrícola familiar, com as vanguardas operárias das décadas de 1910 e 1920, nunca se consumou.

Basta reparar na relação desse operariado com a organização sindical para nos darmos conta de que as suas lutas, na medida em que não con-

⁹ Esta questão é abordada noutro capítulo, aqui não publicado.

¹⁰ B. Carqueja, *Economia Política*, vol. V, p. 142.

seguem autonomizar-se relativamente aos movimentos do capital, transcorrem segundo tempos já «queimados» pelas secções de vanguarda: a primeira conferência sindical da têxtil, criando a Federação, só se realizou em Setembro de 1925, quando os operários agrícolas do Sul, por exemplo, já estavam no seu 5.º congresso e os operários da construção civil no 6.º ¹¹.

Repetimos: em minha opinião, a hipótese a aprofundar é a de que o numeroso proletariado das regiões de pequena exploração camponesa familiar, cuja força de trabalho é reproduzida segundo aquela economia, e não segundo a economia de mercado pura e simples, e cujo salário é visto, as mais das vezes, como um «complemento» a adicionar ao rendimento global da família rural, este numeroso proletariado, dizíamos, nunca se fundiu totalmente no movimento da classe porque, para ele, a crise, o desemprego e a carestia, que serão o fermento daquele movimento, se não colocam nos mesmos termos que para o operário da grande cidade ou mesmo para o rural sem terra.

O PROLETARIADO RURAL DO ALENTEJO E RIBATEJO

Aqui como é bem sabido, domina a grande exploração agrícola patronal, por conta própria ou em arrendamento, praticando uma agro-pecuária extensiva destinada, na sua quase totalidade, ao mercado: trigo, cortiça, olival e gado manadio. Perante este reduzido patronato, três categorias rurais. Por um lado, os *seareiros*, pequenos parceiros, pagando uma renda variável em géneros e obrigados por contrato, ou simplesmente pela força das coisas, a trabalhar para o proprietário um número considerável de dias por ano. Em 1909, um seareiro de Almeirim, por exemplo, possuía 3 ha e explorava 3 outros em regime de parceria: tinha, contudo, de fazer 200 jornas por ano como assalariado, a 400 réis, em média, e só assim é que conseguia fazer viver a família e realizar uma pequenina poupança ¹². Em 1911, os *seareiros* e pequenos rendeiros do mesmo distrito de Santarém fizeram greve contra a obrigação de trabalhar quatro dias por semana para o proprietário ¹³. Trata-se, no conjunto, de um semiproletariado que, em mais de uma ocasião, surge em luta conjuntamente com os rurais sem terra. Mas esta aliança, que o Partido Comunista cultivaria de novo em meados dos anos 20 ¹⁴, não parece ter sido completa nem muito duradoura. Aliás, já a seguir se verá que caminho levaram as coisas no que respeita às relações entre o campo e a cidade ao longo dos anos da República.

Entre os *seareiros* e a massa dos proletários rurais situam-se os *assalariados permanentes*, parcialmente pagos em géneros e cujo número era tanto mais reduzido quanto as actividades culturais permanentes eram pouco importantes. Por exemplo, um grande proprietário da região de Évora explorava 5000 ha com uma centena de assalariados permanentes ¹⁵; um médio proprietário da região de Pias, no distrito de Beja, explorava perto de 1000 hectares apenas com 12 assalariados, a quem pagava, em

¹¹ Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 1931, pp. 171-172.

¹² Poinard, *op. cit.*, pp. 151-153.

¹³ F. E. da Silva, *As Greves*, 1913.

¹⁴ Cf. o meu artigo «O fascismo e o seu advento em Portugal», in *Análise Social*, n.º 48 (1976); ver também João Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1976.

¹⁵ Poinard, *op. cit.*, pp. 170 e segs.

dinheiro, menos de 150 réis por dia e por homem ¹⁶. Não haja ilusões: o que separa os assalariados permanentes dos jornaleiros eventuais é tanto ou mais do que aquilo que os une. Além da segurança do emprego, os assalariados permanentes dispunham de um pouco de terra e/ou gado e não era raro acabarem por se instalar por sua conta, alimentando nomeadamente o recrutamento de novos seareiros aquando dos períodos de arroteamento.

A grande massa da população rural da região era, e seria por muito tempo ainda, constituída pelos trabalhadores eventuais sem terra e, às vezes, sem casa sequer: sem eira, nem beira, «população desgarrada à solta pelos campos», como dizia em 1887 Paulo de Moraes ¹⁷. Arranjar trabalho era uma tarefa renovável todos os dias e só na altura das grandes fainas o proletariado rural dispunha de verdadeira força contratual. Um exemplo: na freguesia de Pias, o salário masculino normal de 240 réis, em 1909, duplicava durante as ceifas. As mulheres, que praticamente só trabalhavam nos campos durante as grandes fainas, em particular as mondas e a apanha da azeitona, ganhavam, em média, metade do que ganhavam os homens. Um operário agrícola da região tinha, pois, de trabalhar 250 dias por ano a 240 réis e 50 dias a 500 réis e sua mulher, pelo menos, 150 a 200 dias por um salário de 200 réis para conseguirem fazer face às despesas de sobrevivência ¹⁸.

É pois este grande grupo proletário que há-de reter a atenção. Vivem a maior parte das vezes em grandes aldeias e vilas, aglomerações cuja arquitectura ainda hoje deixa ver a extrema coesão e unidade e cujo carácter rural não é contraditório, se as contrapusermos às aldeias do Norte, com certos caracteres urbanos, comparáveis até certo ponto, aos de um bairro operário. É na praça da aldeia ou da vila que, todas as manhãs, ou uma vez por semana, os homens válidos se reúnem, ao longo das casas, de costas para a parede, esperando a escolha dos capatazes. É na praça que se discute o salário e que, por vezes, rebenta a greve, depois das discussões da véspera na taberna. Como nas zonas mineiras, toda a povoação tende a unir-se em torno dos assalariados, já que os comerciantes e artífices só os têm a eles como clientes...

É um facto que «os operários... são muito exigentes, difíceis de conduzir» ¹⁹. Até ao advento da República, a resistência do proletariado rural, que vem, pelo menos, do século XVIII ²⁰, raramente tinha desembocado em grandes movimentos de greve e tão-pouco tinha dado origem a qualquer organização sindical. Só com o surto reivindicativo e organizativo de 1910 em diante e, sobretudo, depois da «insurreição alentejana» de 1910-12 ²¹ é

¹⁶ Id., *ibid.*, pp. 184-188.

¹⁷ Ver extracto do seu notável «Inquérito agrícola» in *Materiais para a História da Questão Agrária...*, pp. 301-320.

¹⁸ Poincard, *op. cit.*, pp. 175 e segs.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 174.

²⁰ Quem primeiro fez a demonstração desta tese foi o Prof. Albert Silbert no seu monumental *Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime* (Paris, 1968), que continua à espera de tradução portuguesa! Ver igualmente as petições publicadas no seu *Problème agraire au temps des premières Cortes Libérales* (Paris, 1968), as mais significativas das quais, do ponto de vista que agora nos interessa, estão transcritas nos meus *Materiais...*, pp. 127-140.

²¹ Cf. *Materiais...*, pp. 423-436, e ver naturalmente a fonte por mim utilizada, o tão citado livro *As Greves* (1913), de Fernando Emygdio da Silva.

que se formam os primeiros sindicatos e se constitui a Federação, mais tarde activa na União Operária Nacional (1914) e na C. G. T. (1919).

Mais característico ainda é o facto de nenhuma das lutas registadas pela crónica deixar transparecer qualquer «fome de terra». Contrariamente ao que parece ter-se passado na vizinha Andaluzia, não se regista aqui nenhum movimento espontâneo de ocupação de terras, ou mesmo reivindicações indo nesse sentido²². As lutas revestem, efectivamente, um cunho operário vincado, incidindo fundamentalmente sobre os salários e o horário de trabalho, assim como as condições gerais do serviço (pausas, comida, etc.), e atacando também, por vezes, a questão do desemprego intermitente. Mesmo quando a colonização e a mecanização dos anos 20 e 30 acabaram por desembocar num desemprego de dimensões catastróficas, as reivindicações parecem ter conservado o mesmo carácter²³.

José Cutileiro levantou indirectamente a questão na sua monografia sociantropológica sobre Monsaraz, ao contar que em 1874, a pedido dos proprietários, as terras comunais do concelho foram partilhadas ao abrigo do estipulado no Código Civil de 1867. 820 pedaços de terra foram então distribuídos aos 410 trabalhadores que a eles tinham direito, 2 a cada um. Para já, os novos proprietários começaram por não pagar a contribuição, que acham «excessiva, desigual e injusta». Em 1884, um camponês a quem o município queria obrigar a pagar a contribuição, diz que, «embora lhe tenham dado um bocado de terra, nunca a utilizara» e sugere ao município que este retome a terra em pagamento dos atrasados, o que este naturalmente se apressou a fazer. Em 1907, o maior proprietário da região açambarcara 166 das courelas distribuídas, isto é, mais de um sexto da terra distribuída; em 1914 restavam apenas 69 courelas individuais, das 810 do início...²⁴

Esta ausência de apetite de terra — que levava frequentemente os seareiros a abandonar as suas explorações, pois valia-lhes mais a pena trabalhar como assalariados! — articula-se claramente com o facto de o proletariado rural alentejano não emigrar para o estrangeiro, em busca de fortuna ou simplesmente de meios para revivibilizar a exploração camponesa familiar. Quando emigra, o rural alentejano vai para Lisboa ou para a Outra Banda, engrossar as fileiras dos corticeiros ou da construção civil. Assim, se a autogestão da terra por quem a trabalha se vê privada de bases materiais, em contrapartida, o novo proletário emigrado do Alentejo não

²² A única ocupação de terras registada pela crónica antes do movimento actual (1974 em diante) parece ter tido lugar em Vale de Santiago, durante a greve geral contra a carestia em Novembro de 1918. Trata-se de um episódio absolutamente isolado. Mais: a política do movimento operário da época relativamente à questão do latifúndio limitava-se a reivindicar a entrega das terras baldias e eventualmente dos incultos à gestão sindical. Este tipo de reivindicações estava, aliás, mais ligado ao problema da falta de géneros e da carestia da vida do que propriamente a uma «fome de terra» sentida pela massa do proletariado rural alentejano. Quem fala de «dividir a terra» são, sobretudo, os ideólogos da pequena burguesia provinciana do Norte, como um Basílio Teles ou alguns elementos mais esclarecidos da *intelligentsia* nacional, como um Lino Netto ou um Ezequiel de Campos. Trata-se, antes de mais, para todos eles, de juntar o útil que é aumentar a produção, ao agradável, que seria ter uma pequena burguesia de camponeses cordatos e trabalhadores, em vez de um proletariado sem eira nem beira.

²³ Cf. Henrique de Barros, *A Cultura do Trigo na Região do Alto Alentejo. Resultados de um Inquérito Económico e Cultural*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1934, p. 216.

²⁴ J. Cutileiro, *A Portuguese Rural Society*, Oxford, 1971, p. 81 e pp. 16 e segs.

desempenhará, antes pelo contrário, aquele papel de decomposição política que tantas vezes o proletariado de fresca origem camponesa terá objectivamente desempenhado ao chegar à cidade.

Todavia, a junção das secções urbana e rural do proletariado, que atinge o auge na greve geral, aliás meio falhada, de Janeiro de 1912, nunca mais se reproduziu com a mesma força. Cutileiro, por exemplo, não avança qualquer explicação. Quanto a mim, e sujeito a aprofundamento, estou em crer que a evolução divergente, e, neste caso, favorável aos trabalhadores rurais, da situação na cidade e no campo explicaria em parte a relativa desfazagem entre os dois movimentos. Com efeito, até 1924 os salários agrícolas são os que sobem mais, continuando o que se passara durante a guerra: vimos atrás que os preços tinham aumentado em média, entre 1914 e 1918, 23 vezes; ora os salários agrícolas, segundo o mesmo índice, tinham aumentado 32 vezes, enquanto os ferroviários haviam conseguido um aumento de 26 vezes, mas os tabaqueiros, por exemplo, 15 vezes apenas²⁵. O órgão dos partidários da Internacional Sindical Vermelha confirma aquela evolução ao escrever, em 1925: «A classe rural, desde 1915 até meados de 1924, não sofreu das crises de trabalho que obrigam a pôr reclamações; pelo contrário, houve regiões em que, por causa da falta de braços, os salários se elevaram a 30\$00 durante as ceifas.»²⁶

Por outras palavras, é de crer que a crise industrial, agravada pela própria insubordinação operária, tenha levado, durante a guerra, graças à alta dos preços, a uma certa orientação do investimento para a agricultura. Nos primeiros anos da guerra, a Companhia das Lezírias irrigara perto de 2000 ha, por exemplo²⁷. A tradicional «falta de braços» não pode, efectivamente, deixar de se ter agravado com os recordes emigratórios dos primeiros anos da República, a mobilização militar e, finalmente, as epidemias de 1918 (no ano do consulado de Sidónio Pais morreram em Portugal, de várias epidemias, o dobro das pessoas que morriam cada ano)²⁸. Tanto assim que detectamos um claro esforço de mecanização da grande exploração cerealífera, designadamente a debulha, durante a década de 20 até ao lançamento da Campanha do Trigo, em 1928-29²⁹. Esta conjuntura — reconhecida pelos próprios dirigentes da fracção mais radical do movimento operário da altura, como vimos — não pode deixar de ter sido globalmente favorável ao proletariado rural, rompendo-se assim tão espontaneamente como se constituíra a «frente comum» de 1911-12, cujo relançamento, em Novembro de 1918, falha mais rotundamente do que a própria greve geral de Janeiro de 1912.

²⁵ B. Carqueja, *op. cit.*, vol. V, p. 142.

²⁶ *A Internacional*, n.º 45, Agosto de 1925, p. 4.

²⁷ *Relatório da Companhia das Lezírias*, citado por Anselmo de Andrade em *Portugal Económico*, edição de 1918, p. 199.

²⁸ Entre a frente africana e a frente europeia, o exército português terá tido mais de 100 000 homens em pé de guerra, sem contar os soldados africanos arregimentados para o exército colonial contra os apetites alemães; destes 100 000 homens, as baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos (muitos devem ter ficado por França, como emigrantes), têm sido calculadas num terço. Quanto às várias epidemias de 1918, terão levado o número normal de óbitos de cerca de 125 000 a 250 000. De resto, a estagnação quase total da população entre 1910 e 1930 mostra bem a dimensão que o fenómeno assumiu.

²⁹ Em 1920-21, a percentagem de trigo debulhado mecanicamente era de 18,7 %; em 1925-26 elevava-se já a 27,6 % e em 1927-28, antes do lançamento da Campanha do Trigo, era já de 38,2 %.

DOIS ILHÉUS INDUSTRIAIS

Duas outras pequenas concentrações operárias se apresentam de mais difícil ligação a qualquer das três grandes secções até agora identificadas. Não que elas tenham ficado à margem das lutas do período, mas o espaço geográfico introduzia uma real solução de continuidade entre a situação geral da classe e a sua situação específica.

O mais isolado desses grupos é o dos lanifícios da Covilhã e sua região. Trata-se, como é sabido, de um enclave industrial na montanha que, por um lado, faz pensar nas condições do proletariado do Noroeste, mas onde a anterioridade da industrialização, a experiência do salariado, um grau de separação da terra sem dúvida mais acusado, lhe dão um cunho «mineiro», limitado todavia pela estreiteza das perspectivas, quer ao nível do emprego, quer ao nível das relações com outras concentrações operárias. O operariado da Covilhã, precocemente organizado, foi sobretudo activo durante a primeira década do século. Posteriormente, sabemos muito pouco a seu respeito, salvo a situação de estagnação semipermanente da indústria, as suas dificuldades técnicas e comerciais³⁰, o que, a ser verdade, terá representado um despoletamento *de facto* de um forte movimento reivindicativo, na medida até em que a região não oferecia praticamente nenhuma alternativa de emprego.

O último grupo a que nos queríamos referir é o Algarve. Também aqui a diversificação produtiva é limitada, embora menos do que na Covilhã: pesca e conservas na orla costeira³¹; extracção e laboração da cortiça na serra; em torno de Faro, os princípios de uma indústria sazonal de conservas de fruta. A penetração das relações de produção capitalistas parece ser aqui bastante forte, ao mesmo tempo que, do lado patronal, se assiste a uma precoce (ou tardia?) integração das várias actividades produtivas: por exemplo, um mesmo capitalista — um tal Sr. Fialho, cujos bens transitariam para a família Júdice — possuía em 1909, aquando do inquérito Poincard, pomares e fábricas de conserva de fruta, ao mesmo tempo que detinha importante volume de acções numa grande companhia de pesca.

Quer pela sua textura produtiva, quer pela mobilidade da força de trabalho, a região algarvia não está tão isolada como a da Covilhã e não deixa de se parecer com a de Setúbal. Os pescadores, por exemplo, encontram-se em condições semelhantes às dos de Setúbal. Em geral, a remuneração consiste numa combinação entre salário fixo e participação nas presas, o que lhes renderia em 1909 um salário médio de 500 a 600 réis. Como em Setúbal, não há solução de continuidade, do ponto de vista do tecido social, entre a pesca e a laboração industrial: as mulheres e as crianças alternavam o trabalho de preparação e reparação das redes, onde ganhariam, respectivamente, 350 a 400 réis e 50 a 100 réis, com o trabalho nas fábricas de conservas. Mesmo assim, o desemprego era frequente. É rara, no

³⁰ Relatório de António Arroio (1912), citado por J. Campos Pereira em *Portugal Industrial*, p. 89.

³¹ O conjunto dos pequenos portos de pesca do Algarve constituíam a principal região piscatória do País. Em 1905, o valor das presas dos portos algarvios de Lagos, Portimão, Olhão, Faro, Tavira e Vila Real de Santo António elevava-se a 1 179 contos, contra 515 na região norte (Póvoa, Leixões e Porto), 1 118 na região do Centro (Figueira, Buarcos, Aveiro, Nazaré, Peniche), 538 na região de Lisboa (e Cascais) e 1031 na região de Setúbal e Sesimbra (Marvaud, *Le Portugal et ses colonies*, 1912, p. 133).

Algarve, a combinação, frequente no Norte do País, na Póvoa de Varzim, por exemplo, entre a pesca e a pequena exploração agrícola ³².

Em resumo, apesar da pequena dimensão das implantações industriais e da irregularidade do emprego, a difusão da relação salarial, a divisão do trabalho e a continuidade urbanística da costa fizeram do Algarve uma das regiões que mais depressa e mais ardentemente aderiram ao sindicalismo revolucionário. Um amigo algarvio, membro das Juventudes Sindicistas desde os princípios dos anos 20 e então operário corticeiro, conta que, lá por 1924 ou 1925, o líder republicano Cunha Leal, conhecido por ter querido restabelecer a pena de morte no foro civil, foi impedido de falar em Silves, aquando de uma *tourné* eleitoral, pelos militantes anarco-sindicalistas da cidade!

II

SALÁRIOS, “NÍVEL DE VIDA” E HORÁRIO DE TRABALHO

Já aludimos a esta temática no capítulo anterior. Convinha agora, todavia, dar mais pormenores a este respeito, de maneira a ver como as grandes secções geográficas que acabámos de identificar se cruzam com outros elementos operando de região para região, ou dentro de cada região, para nos deixar uma ideia mais clara da composição de classe do operariado português nas vésperas da implantação da República.

Concentrar-nos-emos essencialmente nos dados fornecidos por essa mina inesgotável que é o Inquérito de 1909. Antes, porém, convém dar algumas indicações sobre a representatividade daquela amostra. Segundo sugestão do Congresso Operário de 1909, e por intervenção pessoal do jovem rei D. Manuel II, o Inquérito — ou, melhor, a Inquirição — foi ordenado por Portaria de 26 de Novembro de 1909, assinada pelo ministro regenerador Barjona de Freitas, sendo o prazo definitivo para a entrega das respostas, após prorrogação, fixado em 30 de Abril de 1910.

Foram recebidas 135 respostas, incluindo associações comerciais e de empregados de comércio (17 ao todo). A representatividade da amostra está longe de ser equilibrada. Os sectores melhor representados são a madeira e mobiliário (20), seguidos da construção civil (14), da alimentação (9), da têxtil (9) e de «as pequenas indústrias especiais» (8). Faltam, por exemplo, respostas relativas às minas, às pedreiras, ao vidro, à cerâmica, ao papel, aos transportes ferroviários, etc. Regionalmente, há também desequilíbrio. O Norte, com 63 associações (das quais 48 do Porto e arredores: Gaia, Matosinhos, Leça, Gondomar), está melhor representado que a região de Lisboa-Setúbal (49 associações); em contrapartida, o Alentejo e o Algarve, com 12 associações, ultrapassam ligeiramente aquilo a que chamei o Centro — 10 associações de Coimbra (5), Tomar, Nazaré, Figueira da Foz, Guarda e Viseu. A região da Covilhã está, curiosamente, ausente. Das Ilhas Adjacentes veio uma resposta da Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria do distrito de Ponta Delgada).

Ao todo, as 135 associações, inclusive as patronais, reivindicam uns 27 000 aderentes. Lisboa vem à cabeça (9 549), seguida do Porto (8 212) e de Setúbal (2 992). O número de Lisboa intramuros está, aliás, distorcido pelos 2 000 e tal membros da Associação dos Lojistas, mas haveria que juntar à região perto de 1 500 sindicalizados de Oeiras, Almada, Barreiro, Seixal, Aldeia Galega, Setúbal e Alcácer do Sal, o que dá cerca de 12 000 para o conjunto da região, contra pouco mais de 10 000 apenas para a região norte, cerca de 800 no Centro e mais de 2 000 no Alentejo e Algarve, num total de cerca de 25 000 sindicalizados essencialmente operários. Individualmente, a maior Associação é a dos Manufactores de Tecidos de Lisboa (2 530), seguida dos Trabalhadores do Mar de Setúbal (1 900), dos Pedreiros do Porto (1 156), dos Empregados de Comércio do Porto (1 035), dos Metalúrgicos também do Porto (731), dos Carpinteiros Portugueses (720), dos Soldadores de Setúbal (710) e dos Alfaiates de Lisboa (516). Depois, nenhuma outra associação atinge os 500 aderentes, caindo muitas delas a escassas dezenas.

Concentremo-nos, pois, sobre os dados da Inquirição relativos aos salários operários da época. A primeira coisa que chama a atenção são as enormes disparidades, tanto no plano dos ramos como no plano regional, tanto no plano das qualificações como do sexo e da idade. Sem sair do ofício de tipógrafo em Lisboa, encontramos entre o operário mais bem pago e o mais mal pago dos aprendizes um desnível de 1 para 45! Trata-se, porventura, de um caso-limite, mas um desnível típico é o que separa uma mulher empregada na têxtil do Norte e um homem empregado na mesma indústria em Lisboa, e esse desnível pode ir até 6,5. Um desnível não menos típico é o que separa o salário médio de um pedreiro do Porto e o de um fundidor de Lisboa: de 1 para 2,6.

Nestas condições, é impossível determinar um salário médio, mesmo no seio de um ramo industrial. É portanto virtualmente impossível determinar com segurança quando e onde houve aumento de salários. Possuímos, com efeito, uma lista dos salários masculinos em 1914 e gostaríamos de os comparar com os de 1909, para saber qual foi a evolução sofrida pelos salários neste período de grande actividade reivindicativa posterior à forte depressão de 1908-9. Tudo o que se avançar neste domínio releva ainda da mera hipótese, mas, se admitirmos que o salário médio se situará algures entre o servente da construção e o trabalhador indiferenciado da têxtil — os dois maiores grupos operários da época —, e já que os salários femininos, embora inferiores, não podem deixar de acompanhar o movimento geral dos homens, é talvez legítimo estabelecer a seguinte comparação:

[QUADRO N.º 1]

	Salário diário em réis	
	1909	1914
Servente da construção (Lisboa)	450	620
Operário da têxtil (Porto)	330	500
Média dos dois salários	390	560

A ter sentido a operação acima, parece possível avançar a hipótese segundo a qual o salário nominal médio teria aumentado, entre 1909 e 1914, cerca de 43 %. Tentemos ver agora se encontramos percentagens semelhantes noutras categorias profissionais, baseando-nos sempre nos valores indicados para os salários médios masculinos do ramo:

[QUADRO N.º 2]

	Salário diário em réis		Aumento (percentagem)
	1909	1914	
Tabacos	500	800	60
Curtumes	450	560	20
Vestuário	500	630	26

Os aumentos, como se vê, são muito variáveis e, se continuássemos a comparação, encontraríamos mesmo algumas diminuições, como no caso dos tipógrafos. Por outro lado, mesmo admitindo que o salário médio nominal tivesse aumentado numa proporção entre 25 % e 40 %, teríamos ainda de ter em conta a variação do volume do emprego. Também a este respeito só podemos operar por hipótese indirecta. De todos os índices, o mais fiável é porventura o da importação de algodão em rama, que nos dá grosseiramente o ritmo de actividade da têxtil e, por analogia, da indústria em geral. Ora, depois de terem ultrapassado os 17 milhares de toneladas em 1907, as importações de algodão em rama caíram a 14,7 milhares em 1909, só em 1911 ultrapassando o valor de 1907, com quase 18 milhares, volume que sobe ainda ligeiramente em 1912, para descer a 17,6 milhares em 1913 e cair, sob o efeito do desencadeamento da guerra, a 14,7 milhares de toneladas em 1914. Outra indicação, distorcida porém pelo frenesim especulativo do imediato anteguerra, é o aumento dos prédios urbanos (unidade fiscal), de cerca de 150 000 entre 1912 e 1914.

Aliás, os operários deram-se perfeitamente conta da gravidade da crise de 1908-9 e datam perfeitamente as suas peripécias: «A Companhia de Fiação do Porto trabalhou três dias por semana em 1908, quatro dias em 1909, e trabalha actualmente [Abril de 1910] cinco dias por semana; o pessoal foi reduzido e as máquinas pararam.» Em Lisboa: «Há dois anos [1908] estiveram totalmente imobilizadas a Fábrica de Tecidos Aliança, a Fiação e Tecelagem Lisbonense, os Lanifícios do Campo Grande»; na Outra Banda: «Na fábrica Herold [cortiça] houve redução do trabalho a 4 ou 5 dias por semana [...] o que acabou por levar ao despedimento de um grande número de operários, mais tarde substituídos por mulheres»; constataam ainda o deslocamento das fábricas para regiões rurais, assim como o objectivo da operação: «Bonneville [cortiça] possui duas fábricas em Castelo Branco e Ponte de Sor [...] onde os salários são irrisórios».

Curiosamente, os operários não só são extremamente sensíveis à crise, o que é normal, como detectam nela reflexos da instabilidade política — instabilidade essa perante a qual a Associação dos Tipógrafos de Lisboa não toma partido: «A crise económica que resultou dos acontecimentos

políticos contribuiu para agravar a situação económica da indústria e, daí, a dos operários»; acrescentam, como factor de crise para os trabalhadores, «a resistência cada vez maior dos patrões para se conformarem com as magras regalias dos operários». E os tipógrafos não estão sozinhos: os carroceiros de Lisboa pensam que «os salários sofreram uma diminuição. O desenvolvimento sempre maior da mecanização, a diminuição do consumo [são] agravados não só pela situação anormal de que a sociedade portuguesa tem sofrido nestes últimos tempos, mas também pela crise provocada pelo retraimento dos capitais». E poderíamos continuar.

A crise está, pois, bem identificada na sua complexidade, no que respeita ao seu impacto no meio operário. Mas, a partir de 1910, e por quase dois anos ininterruptos, o próprio movimento reivindicativo, movimento fundamentalmente ofensivo³³, testemunha de uma relativa saída da fase mais aguda da crise económica. A conclusão, pois, a respeito do volume global do emprego seria que o nível atingido em 1907 não teria sofrido aumento significativo nos anos seguintes, embora entre 1909 e 1912, mínimo e máximo deste curto ciclo do pré-guerra, o aumento do consumo de matéria-prima pela têxtil aponte para 20 %, o que parece bater certo com o aumento dos salários nessa indústria. Por outras palavras, é de crer que a famosa «curva de Phillips» se tenha até certo ponto verificado — e nos dois sentidos: haveria entre a alta dos salários e o volume do emprego uma certa correlação positiva, como haveria uma correlação negativa entre a retracção do emprego e a dita alta dos salários.

Pela leitura das respostas à Inquirição de 1909 pode-se concluir que o pagamento em géneros tinha praticamente desaparecido: de todas as associações não agrícolas, só numa pequena oficina de sapataria dos arredores do Porto é mencionada a existência de pagamentos em géneros. Em contrapartida, o trabalho de empreitada, ou à tarefa, tende a difundir-se: não cabem dúvidas que se tratava de uma maneira, para o patrão, de obter um aumento da produtividade individual tanto quanto possível proporcional ao aumento do salário. Isto é tanto mais evidente quanto o trabalho de empreitada diz sobretudo respeito aos grupos profissionais mais qualificados, portanto com maior força contratual: um exemplo, entre muitos outros, é a indústria do calçado de Guimarães, onde as mulheres e as crianças são pagos ao dia e os homens à tarefa.

O pagamento por resultados, procurando obter um aumento da produção mediante o aumento do salário, era também dominante entre os trabalhadores a domicílio, designadamente nas indústrias do calçado e do vestuário. O trabalho caseiro realmente independente está já em franca diminuição: raras são as associações que não precisam que, mesmo quando o trabalho é efectuado em casa, é feito por conta de um patrão e, as mais das vezes, para uma fábrica. O calçado é típico desta organização do trabalho: «O trabalho domiciliário é efectuado por conta dos estabelecimentos [de venda a retalho] que possuem oficinas onde o trabalho é preparado e distribuído aos operários externos; em Lisboa há uma fábrica mecânica que emprega numerosos operários no trabalho mecânico e que distribui por

³³ Das 282 greves recenseadas por M. J. de Sousa em 1910, 1911 e 1912, apenas 7 aparecem com o motivo explícito de defesa: 114 incidem sobre o salário, 42 sobre o horário e 55 são apresentadas como greves de solidariedade, havendo ainda 64 atribuídas a motivos diversos; quanto aos resultados conhecidos destas greves (242), contam-se 116 vitórias e 92 transacções, tendo apenas 34 terminado em derrota.

fora trabalho que os operários manuais executam em casa.» Encontra-se um sistema semelhante na chapelaria e até no mobiliário.

O artesanato propriamente dito só representaria uma porção significativa da produção nas zonas rurais mais fechadas. Embora seja impossível quantificá-lo, é de crer que já nesta altura a produção artesanal propriamente dita representasse uma fracção marginal da produção manufactureira total, sobretudo se tivermos em conta o alto grau de concentração industrial, na maior parte dos ramos, ocultado pela «dimensão média» dos estabelecimentos fabris. Além de que os ramos até agora considerados são os de mais baixa composição orgânica do capital: é evidente que, nos sectores de composição capitalística superior — porcelana, vidro, alimentação, papel, metalurgia, para não falar na química ou nas construções eléctricas, — o artesanato era virtualmente inexistente. Quanto aos transportes e à construção civil, o trabalho independente sofria também a concorrência crescente das empresas capitalistas.

Debrucemo-nos agora, com todas as reservas habituais, sobre o quadro dos salários médios diários por ramos de actividade de que se dispõe para 1914 ³⁴:

[QUADRO N.º 3]

Ramos	Salário em réis
Construção eléctrica ..	900
Transportes marítimos ..	880
Tabaco ...	800
Transportes terrestres ..	750
Metais, carroçaria ...	720
Vidro ...	720
Química ...	710
Ofícios de arte ...	690
Madeira, mobiliário ...	650
Vestuário ...	630
Construção, pedreiras ..	620
Calçado ...	610
Artes gráficas ...	610
Pesca, salinas ...	600
Alimentação ...	560
Minas ..	560
Curtumes ...	560
Descarregadores, armazenistas ..	550
Cerâmica e porcelana ..	540
Hotelaria, restauração ..	540
Bebidas ...	520
Têxtil ...	500
Papel ...	500
Agricultura ..	370

Estes valores, como é óbvio, não merecem senão uma confiança relativa; por outro lado, embora isso não seja indicado, só pode tratar-se de salários masculinos. Acrescentemos que o salário agrícola, relativo, sem

³⁴ *Boletim da Previdência Social*, n.º 18, p. 59, e 20, p. 47, citado por B. Carqueja, *Economia Política*, V, p. 140.

dúvida, às operações correntes, não dá conta das grandes variações sazonais: em 1909, na zona de grande exploração, os salários podiam variar, segundo a estação, entre 240 e 900 réis para os homens, mas a média, claro, não estava entre esses dois valores; pensamos que o salário médio correspondente aos 370 réis que figuram no quadro seria, em 1909, algo entre 250 e 300 réis; ter-se-ia assim registado um aumento entre 20 % e 50 %, movimento ascensional que as numerosas greves vitoriosas de 1911 deixavam prever.

O quadro acima esclarece-nos, sobretudo, sobre um aspecto importante: a hierarquia industrial operária. Não insistiremos nos desníveis entre os ramos. O que o quadro faz aparecer de mais interessante é a existência de uma massa compacta de força de trabalho cuja remuneração é relativamente igualitária: nesse grupo encontramos algumas das secções mais numerosas do operariado — vestuário, calçado, construção, madeira, cortiça e mobiliário, até mesmo as artes gráficas — e os próprios pescadores.

É neste grupo salarial, julgo eu, que se encontra, com efeito, a massa de manobra do movimento operário organizado, entre as vanguardas o seu tanto aristocráticas dos transportes e dos metais, do próprio vidro e da química, e o operariado superexplorado da têxtil, assim como das velhas indústrias das regiões de pequena exploração agrícola familiar, como o papel, a cerâmica e os curtumes. É a este grupo, que vai dos 600 aos 650 réis diários, que o movimento operário vai buscar a maioria dos seus militantes e dos seus dirigentes e é ele que assegura — nomeadamente no âmbito das palavras de ordem de greve geral, da luta pelas 8 horas e da agitação contra a carestia da vida — a ligação entre o trabalhador qualificado e a massa dos indiferenciados, dando ao movimento, em múltiplas ocasiões, a sua dimensão de massa.

Acho que é de insistir na importância estratégica desta larga fracção da força de trabalho social enquanto elemento de homogeneização, ainda que momentânea, do movimento operário: apesar da sua fraca concentração e da sua relação artesanal com o processo de trabalho, ou talvez *por causa* disso, é ela que assegura ao movimento de resistência, como gostavam de dizer os anarco-sindicalistas, o carácter de massa e até, por vezes, insurreccional — mais do que revolucionário, em minha opinião — que tomaram as lutas operárias entre 1910 e 1925.

As disparidades entre os salários dos diferentes ramos desdobram-se noutras tantas diferenças regionais, inclusive no que respeita ao salário agrícola. Comparemos um pedreiro de Arcos de Valdevez, na Ribeira Lima, em pleno minifúndio, e um pedreiro de Lisboa, em 1909: 400 réis para o primeiro e 700-750 réis para o segundo. Um carpinteiro de Braga ganhava o mesmo que o pedreiro dos Arcos. Mas vejamos o caso de mais perto: o pedreiro dos Arcos inquirido por Poincard é casado e tem quatro filhos, dos quais dois pedreiros como o pai, um terceiro que é aprendiz de sapateiro e uma rapariga que é costureira: todos juntos dispõem apenas de um rendimento anual de 200\$000, que gastam da seguinte maneira: 75 % para comer, 20 % para aquilo a que Poincard chama o *entretien*, isto é, vestuário, calçado, remédios, diversos, e 5 % para o aluguer da casa. O operário de Lisboa também é casado e tem três filhos. Duas raparigas ajudam a mãe como costureiras-lavadeiras a dias, ganhando as três mulheres, no conjunto, 200 réis por dia; um filho pequeno ia à escola da Voz do Operário. O rendimento anual da família elevava-se assim, mais coisa menos coisa, a 250\$000-270\$000, gastos da seguinte maneira: 65 % para a ali-

mentação, 25 % para vestir, calçar, etc., 7 % para o aluguer da casa e 3 % de impostos e cotizações. Entre a família do pedreiro dos Arcos e a do pedreiro de Lisboa há, portanto, uma diferença de rendimento anual da ordem dos 30 % e esta diferença de «nível de vida» repercute-se claramente no facto de a família dos Arcos consagrar 10 % do rendimento mais do que a de Lisboa à comida; embora gastando em absoluto mais dinheiro na alimentação do que a família dos Arcos, a família de Lisboa gasta, no entanto, uma menor porção do seu rendimento total, podendo assim dispensar bastante mais dinheiro do que a família dos Arcos para roupa, calçado, higiene, e até para a escola do miúdo.

Mas, se é certo que entre estas duas famílias proletárias há uma diferença apreciável no que respeita ao «nível de vida», é um autêntico fosso que as separa, a ambas, da família do dono de uma pequena carpintaria de Lisboa, igualmente inquirido por Poincard. Dispunha esta família de um rendimento anual calculado em 720\$000, além de que a pequena empresa empregava oito oficiais, remunerados com 700-750 réis por dia. O mesmo se passa com esse outro empreiteiro — canalizador, também de Lisboa, que dispunha de um rendimento de 500\$000 por ano e empregava quatro oficiais e aprendizes. Estes dois pequenos empreiteiros eram, aliás, antigos oficiais, o que indica uma maior «mobilidade social» do que se poderia supor à primeira vista, pois não restam dúvidas de que a simples diferença de rendimentos — o dobro ou o triplo —, aliada ao emprego de força de trabalho alheia, os coloca numa classe social diferente: o movimento sindical assim o considerou sempre, pois fechava as portas aos não assalariados.

Uma terceira disparidade salarial a acrescentar à sectorial e à regional é, bem entendido, a que se baseia no sexo e na idade do trabalhador. — e dizemos que nisso se baseia porque, em muitos casos, não é evidente uma grande diferença na qualificação profissional: o que é evidente é que, mesmo em igualdade de circunstâncias profissionais, as mulheres e os jovens, para não falar nas crianças, ganham menos que os homens. Uma família operária de Lisboa fornece uma ilustração: o pai é contramestre na fábrica de louça Viúva Lamego e o filho, 17 anos, é aprendiz na mesma empresa. O pai ganha 1\$200 por dia, mais um bónus anual de 6\$000; em caso de trabalho regular, pode ganhar 400\$000-450\$000 por ano; o rapaz, por seu turno, ganha 160 réis por dia e não recebe bónus algum, ou seja, se trabalhar o ano inteiro, ganhará pouco mais de um décimo do que ganha o pai.

Graças a Bento Carqueja, dispomos para uma época ligeiramente mais tardia, 1916, de uma série de férias semanais na indústria têxtil, discriminadas por sexo, idade e tipo de trabalho (pensamos, aliás, que estes números não são necessariamente comuns a toda a indústria, mas dizem, sim, respeito a uma fábrica directamente inquirida). Podemos dar-nos conta das divisões que o uso da hierarquia salarial, por parte dos patrões, introduz no seio dos trabalhadores (ver quadro 4).

É difícil comentar este quadro, até pelas incongruências que aparentemente revela. O que é certo é que entre uma garotinha de menos de 12 anos a trabalhar no sector da tecelagem e um operário de mais de 55 anos a trabalhar na tecelagem ou na fição há uma diferença de mais de 1 para 10 ao fim da semana. Ressalta também, o que me parece significativo, que, segundo os sectores, entre uma rapariguinha e uma mulher adulta a diferença nunca é maior do que 1 para 5 (na tecelagem), sendo apenas de 1 para 3,5 no sector da fição. Já entre os rapazes e os homens a diferença

pode ser de 1 para 8 na fiação (na tecelagem, aparentemente, não se empregam rapazes). Donde, a impressão de que a «carreira» que se oferece a uma mulher, mesmo comparada com a de uma garota, é sempre mais curta, salarialmente falando, do que a de um homem.

[QUADRO N.º 4]

Grupo etário	Tecelagem		Fiação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Menos de 12 anos	—	\$420	\$860	\$620
12 - 15 anos	—	\$990	1\$320	1\$870
16 - 20 anos	—	1\$670	2\$050	1\$800
21 - 25 anos	—	1\$850	2\$950	1\$850
26 - 30 anos	3\$850	1\$650	2\$340	2\$200
31 - 35 anos	3\$040	1\$000	2\$900	1\$850
36 - 40 anos	3\$750	1\$370	2\$840	1\$700
41 - 45 anos	3\$830	1\$500	3\$450	2\$200
46 - 50 anos	3\$990	2\$000	4\$000	2\$000
51 - 55 anos	2\$750	1\$600	2\$840	—
56 - 60 anos	4\$950	—	3\$840	—
61 - 65 anos	—	—	4\$950	1\$500
66 - 70 anos	—	—	—	1\$450

Fonte: B. Carqueja, *O Povo Português*, p. 482.

Por outras palavras, não há praticamente encorajamento algum a que as mulheres fiquem na fábrica: o patronato está essencialmente interessado, sobretudo no sector tecnologicamente mais avançado da fiação, nas raparigas das famílias camponesas até à idade de casar, altura em que voltam ao trabalho do campo e da casa. Tudo joga, pois, como era de esperar, no sentido de perpetuar a pretensa marginalidade do trabalho infantil e feminino (o que corresponde, fora da fábrica, a perpetuar a estrutura familiar tradicional), perpetuando assim, por sua vez, a dupla vantagem, para o sistema, dos baixos salários e da paz social, servindo ainda esta última de alimento aos primeiros. Trata-se de facto de um processo em «bola de neve» que o movimento operário nunca foi capaz de quebrar: vários eram os grupos operários que, implícita ou mesmo explicitamente, excluía as mulheres da sua organização (tabacos, conservas, etc.).

Vejamos agora qual seria a situação dos operários que trabalhavam em casa e que a historiografia tradicional tende, sabe-se lá porquê, a separar do conjunto do proletariado, se não a omitir completamente, como se não existissem. As chamadas *indústrias de luxo* empregavam uma enorme quantidade de força de trabalho domiciliária: é mais uma componente da força de trabalho portuguesa da época, testemunhando ao mesmo tempo do atraso da organização industrial e da generalização do trabalho manual assalariado.

Com a ajuda de uma das filhas, um operário lisboeta trabalhava em casa no âmbito de uma «fábrica colectiva» de luvas, podendo os dois ganhar regularmente 1\$250 réis por dia; outra filha era costureira e podia ganhar 240 réis por dia; a família, cinco pessoas ao todo, chegava a um rendimento anual de 450\$000, dos quais gastava 60 % no comer, 14 %

no aluguer da casa, 10 % no vestir, calçar, etc., 8 % em impostos e cotizações, e poupava os 8 % restantes. Repare-se, em confronto com os orçamentos já examinados, como a parte do rendimento consagrada à alimentação diminui à medida que o dito rendimento sobe.

Esta situação relativamente privilegiada da família Miranda — era este o seu nome — exigiria explicação se Poincard não acrescentasse imediatamente: «Esta família encontra-se [...] em circunstâncias relativamente favoráveis. A sua existência é extremamente regular; não tem sofrido desemprego prolongado [...]. Todavia, queixa-se das dificuldades da vida e declara que tem dificuldade em chegar ao fim do mês. Isto confirma as melancólicas confidências dos operários menos favorecidos, que sabem muitas vezes o que é a fome [...]. Constata-se, em definitivo, que, se é verdade que os Miranda conseguem viver melhor do que muitas outras famílias da sua condição social, não é menos certo que uma doença ou o desemprego prolongado, um acidente de trabalho, seriam para eles causa de profunda miséria [...]. Este operário vê-se assim no limiar da velhice sem nenhuma garantia, nem para ele nem para os seus, e esta situação não deixa de o afligir.»³⁵ Por outras palavras, apesar de beneficiar de um «nível de vida» momentaneamente privilegiado, esta família continua a fazer parte integrante das malhas proletárias que vemos tecerem-se estreitamente no espaço urbano de Lisboa e região.

Com efeito, diante deste operário da luvaria ergue-se um jovem sapateiro de Lisboa que, além de ter uma pequena clientela de arranjos, trabalhava para dois fabricantes de calçado que lhe forneciam as peças já cortadas à máquina e que lhe pagavam por empreitada. Calculava ele que esse trabalho lhe rendia uns 450 réis por dia, em média, mas queixava-se de que os camponeses do Algarve faziam o mesmo trabalho por 250 réis. A mulher ajuda-o a coser os sapatos. Tinham dois filhos pequenos e o rendimento anual da família não ultrapassava 250\$000, quando tinham de pagar 70\$000, isto é, 28 % do rendimento anual, pelo aluguer de uma grande divisão com porta para a rua. Gastavam tudo o que ganhavam e comiam muitas vezes pão seco. O jovem sapateiro só tinha uma esperança, diz Poincard: que o irmão emigrado no Brasil o ajudasse a partir!

Nunca saberemos o que foi feito desta família, mas o certo é que o seu estatuto, quer económico quer social, a aproxima bem mais do pedreiro de que falávamos há pouco do que de um mestre-sapateiro dos arredores de Coimbra que dispunha de um rendimento duas vezes maior e que empregava nove oficiais e aprendizes, aos quais pagava entre 200 e 400 réis por dia por uma jornada de trabalho de 11 horas.

Já temos aqui uma série de elementos que nos permitem ter uma ideia do «nível de vida» desta classe operária. Não é fácil, no estado actual da pesquisa, ir muito mais longe, mas, mesmo assim, gostaríamos de deixar aqui alguns dados empíricos colhidos na Inquirição de 1909. Ressalta claramente das declarações prestadas então pelas associações de classe que o cálculo das posses e das despesas operárias se faz sempre em termos familiares e que a família se compõe, em média, de 4 ou 5 pessoas, mais frequentemente 5 do que 4. A associação dos metalúrgicos de Lisboa, categoria comparativamente privilegiada, como vimos, calcula do modo expresso no quadro n.º 5 as receitas e despesas diárias médias de uma família de quatro pessoas.

Comentário da associação: «Fica-lhe um *deficit* que nunca saldará, ou muito dificilmente.» Ter-se-á constatado que, no caso de trabalharem todo ano, salvo os domingos, a receita anual desta família-tipo (já não estamos perante casos concretos como os apresentados por Poincard) seria da ordem dos 350\$000, abaixo dos Mirandas ou do contramestre da Viúva Lamego, mas muito acima do pedreiro e do sapateiro de Lisboa inquiridos por Poincard, e ter-se-á reparado que as despesas de alimentação não chegam aos 60 %.

[QUADRO N.º 5]

	Receitas	Despesas
Pai	\$770	—
Duas filhas a trabalhar em fábrica... ..	\$400	—
Almoço e jantar (café, açúcar, feijão, toucinho, chouriço, legumes)	—	\$300
Ceia (bacalhau, batatas ou peixe salgado)	—	\$200
5 pães de 1/2 kg. a 40 réis cada	—	\$200
Iluminação (petróleo)	—	\$020
Carvão	—	\$060
Água da Companhia	—	\$020
Sabão	—	\$020
Aluguer da casa	—	\$100
Vestir e calçar	—	\$200
Quotas de associações de socorros mútuos	—	\$080
	1\$170	1\$200

Vejamos agora quais poderiam ser as despesas de uma família de 4 pessoas, igualmente de Lisboa, cujo «chefe» trabalha na têxtil: pão, 200 réis; 1/2 l de feijão, 40 réis; legumes verdes, 30 réis; chouriço, 80 réis; toucinho, 40 réis; açúcar, 60 réis; café, 20 réis; carvão, 60 réis; aluguer da casa, 100 réis; vestuário e calçado, 120 réis; tabaco, 30 réis; ao todo, 780 réis, ou seja, pouco mais de metade do metalúrgico. Comentário da associação: «O jornal não chega.» As despesas alimentares levam 60 % do orçamento e esta percentagem parece efectivamente ser um mínimo, pois, se é verdade que há sempre mais «elasticidade» num orçamento miserável do que se julga, não é menos certo que os cortes deverão incidir, primeiro que tudo, no aluguer, vestuário, etc. Em Lisboa, pelo menos, estes 60 % parecem ser efectivamente um mínimo — uma dieta, não uma alimentação.

Se sairmos de Lisboa, a situação só muda para pior. Os sapateiros do Porto pretendem que uma família de 6 pessoas precisa de 19\$645 réis por mês para viver, ou seja, 109 réis por dia e por pessoa, comparados com os 195 réis por dia e por pessoa do miserável orçamento do operário têxtil de Lisboa: o aluguer da casa, o carvão e o petróleo levam 14 % do orçamento; a comida leva o resto... Pois não se fala de vestuário, calçado, nada! Segundo os electricistas da mesma cidade, uma família de 4 pessoas precisa de 610 réis por dia para sobreviver, levando a comida 75 %; o aluguer 10 %; o sabão, carvão, petróleo, etc., 8 %; o calçado, 7 %; quanto ao vestuário, é comprado a crédito...

E podemos continuar: na Nazaré calcula-se que uma família de 5 pessoas precisa de 650 réis por dia; em Alcácer do Sal, 5 pessoas precisam de 200\$000 por ano, ou seja, cerca de 550 réis por dia, dos quais 70 % para a alimentação, 15 % para a casa, 9 % para vestir e calçar, ficando-lhes

6 % para o resto; em Faro, 4 pessoas contentar-se-iam com 2\$000 por semana, ou seja, cerca de 275 réis por dia, dos quais 60 % para comer, 20 % para a casa e 20 % para se vestir e calçar...

Não será preciso acrescentar que nos encontramos diante de uma situação que frisa os limites da sobrevivência fisiológica, aquilo a que os Ingleses chamam expressivamente *the bread-line*. Estamos, pois, bem colocados para perceber porque é que a luta contra a alta dos preços tomará, durante a guerra, um carácter não só maciço, mas também insurreccional: greves gerais com assalto às lojas e enfrentamentos violentos com as forças da ordem. O objectivo do «pão político» só será formalmente conseguido em 1919, mas já em Janeiro de 1915 as donas de casa, secundadas pelos operários dos bairros orientais de Lisboa, tinham conseguido obrigar o Governo do aprendiz de ditador Pimenta de Castro a voltar atrás com um aumento do pão — esse pão que chegava a representar 20 % do orçamento operário⁸⁶.

Outro aspecto do custo da vida ao qual o movimento operário será igualmente muito sensível, antes mesmo da proclamação da República e da nova lei do inquilinato, é o do aluguer da casa. Não vale a pena, julgo, alongarmo-nos sobre as condições de habitação da população operária: as ilhas do Porto e os pátios de Lisboa eram bem conhecidos pela promiscuidade, mau estado e preço exorbitante. Entre as reivindicações mais fortemente sentidas pelas associações de classe, aquando da Inquirição de 1909, figura a abolição do imposto sobre as rendas de casa, assim como, aliás, a dos impostos sobre os principais géneros alimentares.

Não convém esquecer, antes de abordarmos, no capítulo a seguir, os objectivos já muito claros que o operariado se atribui nas vésperas da implantação da República, que tais salários de sobrevivência, os operários só os ganhavam mediante uma jornada de trabalho de 10, 12 e 14 horas por dia, se não mais. Em muitos officios, e não só na construção civil, a luz do dia determinava ainda em grande parte as variações sazonais do horário de trabalho: na construção civil, onde, apesar de tudo, os operários estavam mais solidamente organizados do que noutros ramos, a duração do trabalho ia de 8 horas em Lisboa até 9 horas no Inverno e 10 no Verão no Porto e arredores, seis dias por semana. Nas fábricas, a jornada de trabalho era extremamente longa, embora menos do que no trabalho caseiro: no domicílio não há propriamente horário de trabalho e pode-se ir até 16 horas por dia, sete dias por semana.

Globalmente, encontramos uma situação já esperada: trabalha-se mais horas no Norte do que no Sul e muito mais na pequena indústria do que na grande. Enquanto os operários do calçado em Guimarães chegavam a trabalhar 15 e 16 horas, menos 1 hora para comer, em São João da Madeira, um centro industrial recente e relativamente mecanizado, trabalhava-se 12 a 14 horas, com um intervalo de hora e meia para comer. Enquanto os correeiros das pequenas oficinas trabalhavam, em Lisboa, até 12 horas e meia, os correeiros das oficinas do Estado só trabalhavam 9. Enquanto os carpinteiros mecânicos dos grandes estabelecimentos trabalhavam 10 horas, «nos mais pequenos reina o capricho patronal». Em Évora, em meio rural, a situação é assim resumida pela associação de classe dos corticeiros: «Aqui não há horário de trabalho. Trabalha-se de sol a sol, de Verão como de Inverno.» Em Sines, na mesma indústria, onde o operariado parece

melhor organizado, no Verão só se trabalha 10 horas; de Inverno, de sol a sol.

É preciso assinalar que, na época, as pessoas ainda não se tinham esquecido de que a jornada de trabalho, para o operário, não correspondia apenas ao tempo durante o qual ele produzia efectivamente, que é o ponto de vista patronal, mas compreendia toda a parte do dia durante a qual o operário era mobilizado pela necessidade de trabalhar: transportes e intervalos para comer. É por isso que às vezes se atingem horários dificilmente concebíveis hoje, quando, na realidade, será necessário deduzir, para que a comparação tenha cabimento, essas paragens do trabalho, que nunca duravam menos de 1 hora e podiam ir até 2 horas e meia; ou então, mais correctamente, deveríamos adicionar o tempo de transporte e de refeição aos horários actuais... Aperceber-nos-íamos então de que os progressos realizados neste domínio são bem escassos. Aliás, tanto é verdade que, na concepção operária da época, a jornada de trabalho era encarada globalmente, que a luta contra os longos horários tomava muitas vezes a forma de reivindicação de intervalos tão numerosos e longos quanto possível.

O horário de 8 horas era muito raro: só os estabelecimentos do Estado o praticavam, e nem todos. No conjunto, pode-se avaliar o tempo normal de presença efectiva na produção a cerca de 10 horas, talvez um pouco menos na grande indústria, sem dúvida mais nas oficinas e até nas fábricas da província, com um limite de 12 horas, que só os operários a domicílio ultrapassavam muitas vezes. Lembramos que estes dados são relativos aos anos de 1909-10. Mede-se, assim, o alcance da luta que, durante os primeiros anos da República, o movimento operário lançará pelas 8 horas (seis dias por semana, naturalmente). Veremos no capítulo seguinte como este objectivo se articula com um conjunto de reivindicações, formando um todo cuja importância, julgo, se não deve medir apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, isto é, pela sua capacidade mobilizadora e pelo «capital organização» que é capaz de produzir.

III

OS OBJECTIVOS OPERÁRIOS

Permita-se-me uma última digressão. Se, como parece óbvio, não foi por acaso que Marx intercalou esse extraordinário pedaço de história que é o capítulo sobre a jornada de trabalho (liv. I, secção III, cap. XI) entre o conceito de *massa* de mais-valia e o conceito de *taxa* de mais-valia, para seguidamente definir o conceito de mais-valia *relativa*, cerne do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, parece legítimo chamar a máxima atenção para o modo como toda a luta operária pela redução da jornada de trabalho se encontra no cerne do cerne, desculpai a repetição, do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital³⁷.

Não se trata de entrar, aqui, nos desenvolvimentos teóricos possíveis desta maneira de ver o operariado dentro, e contra, o desenvolvimento

³⁷ A este respeito ver sobretudo Mario Tronti, *Operai e Capitale* (Turim, Einaudi, 1.^a ed.: 1966; 2.^a ed.: 1971), agora em tradução portuguesa (Porto, Afrontamento, 1976). Cf. designadamente os capítulos: «A fábrica e a sociedade» e «O plano do capital».

do capitalismo. Limitar-me-ei, mais modestamente, a introduzir, com o máximo de oportunidade teórica, julgo, uma indicação sobre a produtividade do trabalho na grande indústria portuguesa da época. Nessa produtividade se codifica, com efeito, a posição respectiva do operariado e do patronato um perante o outro. Na ausência de um aumento da produtividade pelo menos correspondente ao dos salários, só resta ao patronato o aumento dos preços (a inflação pelos custos) para manter os lucros — *salário, preço e lucro*, como escreveu Marx.

O vigor objectivo, estrutural, da luta operária naquela tripla frente, sem que o patronato tenha sido capaz, globalmente, de aumentar correspondentemente a produtividade — aquilo mesmo a que tenho dado o nome de avanço das relações de produção relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo português —, pode-se aferir pelas considerações que, pelo fim da guerra de 1914-18, fazia um Ezequiel de Campos: «Que importa o salário ser baixo em Portugal, se um português não faz metade, nem a terça parte... por vezes *nem a décima parte* do trabalho que faz um homem de hoje? — O salário português é caríssimo.»³⁸ Quando Ezequiel diz «um homem de hoje», refere-se precisamente a um operário equipado com maquinaria moderna, trabalhando segundo uma «organização científica» da produção, etc.

As informações de que dispomos a respeito da produtividade do trabalho na indústria são escassíssimas. Vejamos, a título de exemplo, o que se passava numa fiação de Campelos, na região de Guimarães, segundo apurou Poinsard em inquérito directo. Trata-se de uma unidade média, significativamente fundada em 1890 em pleno coração da pequena exploração camponesa. Utilizava conjuntamente, a energia hidráulica da ribeira e a de uma máquina a vapor. Eram ali empregados 150 operários e operárias, trabalhando com 30 000 fusos. Os salários são os habituais: 500 réis para os homens, 200 réis para as mulheres. A jornada de trabalho é de 11 horas, provavelmente com um intervalo para comer. Um operário de Campelos trabalhava com 420 fusos e produzia 35 kg de fio por dia (que vamos considerar de 10 horas). Na mesma época, na Alsácia, um operário manjava 500 fusos, produzindo 64 kg de fio, numa jornada de 9 horas (10 menos 1 para comer)³⁹.

Não creio que a pesquisa avance muito fazendo comparações entre a miséria respectiva dos operários alsacianos e portugueses. É útil notar, em contrapartida, que neste ramo da fiação de algodão, por certo um dos que melhor suportavam a comparação com os países industrializados da época, a disparidade entre a produtividade horária do operário português e a do operário alsaciano era enorme — metade! A produtividade média do «modelo» económico português da época, sobretudo entrando em conta com as longas horas do trabalho camponês, não podia deixar de se situar mais abaixo ainda em comparação com a da França, que estava longe de ser o país industrialmente mais avançado da época. É, pois, no âmbito da combinação entre estes valores — salários, preços, lucros, produtividade, valores que estamos na impossibilidade de quantificar minimamente — que tem sentido falar do impacte qualitativo das reivindicações ditas quantitativas, numa «dialéctica» entre o económico e o político.

³⁸ *Leivas da Minha Terra*, Porto, Renascença Portuguesa, 1918, p. 88.

³⁹ Poinsard, *op. cit.*, pp. 340-345.

Atrevo-me a pensar, ao cabo destas páginas, que o leitor já terá uma ideia relativamente precisa do modo como se foi configurando, através das suas lutas e das respostas patronais, a composição política do operariado português nas vésperas da implantação da República. Resta-nos evocar — e é esta evidentemente a pedra de toque dessa composição política de classe — os objectivos que esse operariado se dava na altura, objectivos materiais e organizativos, como é óbvio, através dos quais se configura, ainda que muito imprecisamente, na minha opinião, um esboço de alternativa ao sistema dentro do qual e contra o qual se erguem tais objectivos.

É propositadamente que só nos socorreremos, nesta parte final do nosso ensaio, das respostas à Inquirição de 1909. É certo, por um lado, que quem fala são activistas e dirigentes relativamente conscientes dos objectivos gerais do movimento organizado, inclusive os seus objectivos ideológicos. Por outro lado, é indiscutível que, como de resto se terá depreendido do que acima se disse a propósito do modo como a Inquirição foi feita, a maior parte das respostas são temperadas pelo desejo de serem escutadas pelo Estado e, globalmente, por uma dominante reformista. É de crer que algumas das associações politicamente mais virulentas se abstiveram de responder ao apelo estatal.

Por outras palavras, se é verdade que todos os desenvolvimentos subsequentes da movimentação operária estão aqui contidos, creio, não é menos certo que o estão em surdina, abafados. Tirada a média, se assim se pode dizer, tenho a impressão de colher aqui o máximo de espontaneidade possível relativamente às questões que afectavam o operariado na sua acção quotidiana, com um mínimo de inflexão estratégica ou pura e simplesmente ideológica. Já vamos ver se assim é.

Antes de abordar em pormenor o painel reivindicativo formulado pelas associações de classe que responderam à Inquirição de 1909, temos de nos deter naquilo que pode ser considerado como o primeiro dos objectivos operários: a organização. A necessidade de se organizar é sentida com grande força e exprime-se concretamente numa crítica virulenta da legislação que regulamentava as associações operárias. Para começar, condena-se a proibição da greve e insiste-se a seguir na necessidade de mudar a lei, de maneira a permitir às associações constituírem fundos de entreaajuda em caso de greve. Reivindica-se ainda o direito a constituir federações por ramo e por região, o que dá bem a medida da vontade de superar o isolamento de cada corporação local e constitui, evidentemente, um passo importante na recomposição política de classe. Tal como existiam, «se o operário vive mal, sem as associações de classe viveria ainda pior, pois elas são o bastião que o defende dos ataques que o patronato lança constantemente contra as suas amargas regalias».

Mas as dificuldades da organização não são apenas as que provêm da legislação. Os operários da têxtil portuense queixam-se que os patrões perseguem os operários sindicalizados, o que é confirmado pelos sapateiros da mesma cidade. Patronato e polícia não parecem, aliás, andar longe um do outro, já que a repressão pode ir até à prisão como aconteceu a 17 grevistas da empresa M. Ribeiro da Silva em 1907. As forças da ordem, aliás, não intervêm só em caso de conflito: numerosas são as associações, nomeadamente no Sul, que lembram que a lei as obriga a avisar as autoridades com 24 horas de antecedência quando querem promover uma reunião e, em geral, a polícia não deixa de mandar um ou mais observadores. Quando

rebenta uma greve, a polícia não hesita em ocupar a sede da associação de classe.

A atitude relativamente às questões da organização sindical também não é separável da específica composição de classe de cada ramo e de cada região: por exemplo, os correeiros do Porto, categoria profissional em declínio, profundamente atingida pela «revolução dos transportes», sonha com uma espécie de *closed shop* que pouco se distingue do corporativismo mais obtuso. Em contrapartida, a atitude dos operários do calçado do distrito de Setúbal, fortemente impregnados do espírito libertário que domina na região, é totalmente diferente: «Dizem não acreditar nada [resume o relator do Inquérito] nas medidas legais dos governos. Só têm confiança na acção directa. Seria uma ilusão acreditar que a emancipação pode vir da acção do governo, pois este nada poderia fazer nesse sentido, quaisquer que sejam as suas intenções, dado que o progresso do bem-estar [dos operários] está na razão directa do deperecimento do poder governamental.» E acrescentam a frase consagrada: «A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.»

Vê-se bem, portanto, que todas as concessões que a República será obrigada a fazer, no plano da liberdade de acção e de organização, não são mais do que o resultado de um movimento que vinha amadurecendo bem antes da queda do regime monárquico. Mas também se sabe que, em matéria repressiva, a República será forçada a ir muito mais longe do que o regime monárquico: a repressão parece ter muito menos que ver com a ideologia apregoada por tal ou tal regime do que com o vigor dos ataques que o movimento operário é capaz de lançar contra o poder patronal e até estatal.

Os objectivos materiais propriamente ditos cobrem uma gama muito vasta de questões. Podemos ver nelas, *grosso modo*, quatro tipos de reivindicações. Primeiro, aquelas a que daríamos o nome de especificamente operárias, autónomas, ou seja, as que lidam com as condições de trabalho — o horário, as pensões e reformas, a higiene, a segurança, o salário e, sobretudo, a reivindicação de um salário mínimo — e com o custo da vida, nomeadamente o imposto de consumo e a contribuição sobre as rendas de casa; várias associações colocam já o problema do *pão político*, isto é, a intervenção do Estado ou dos municípios no sentido de limitar o preço desse produto-base do consumo proletário.

Em seguida encontramos toda uma série de reivindicações que reflectem a crise industrial, crise da qual mal se começava então a sair na Primavera de 1910; na medida, pois, em que tais reivindicações surgem, antes de mais, como reflexo da crise, nós diríamos que elas são mais induzidas do que autónomas, mais defensivas do que atacantes: é nesta categoria que temos de incluir as reivindicações relativas ao emprego e à mecanização; várias são efectivamente as associações que reclamam a criação de um diploma a conferir pelas associações de classe e proibindo a admissão de operários sem diploma enquanto os «diplomados» estiverem desempregados (é esta a proposta dos operários têxteis do Porto, mas, à sua maneira, os operários da construção civil de Évora pedem a mesma coisa; em Lisboa, os operários do vestuário pedem que se proíba a admissão de aprendizes durante cinco anos e que a sua quota na força de trabalho de cada fábrica seja limitada a 10 %; os seus camaradas do Porto chegam a pedir 10 anos); numerosíssimas são também as associações que pedem a

limitação legal da mecanização; há uma, em particular, que pede a proibição do uso das máquinas nos períodos de desemprego!

Pode-se pensar que as reivindicações relativas ao protecçãoismo pautal, relativamente numerosas, assim como as que visam a abertura de grandes obras públicas, têm também que ver com a situação de crise. Na maior parte dos casos, todavia, estes pedidos ligam-se já à terceira categoria pelo seu carácter *colaboracionista*: os electricistas, por exemplo, ao pedirem muito tecnocraticamente o desenvolvimento da indústria, vão ao ponto de sugerir que é a falta de medidas proteccionistas que encoraja o sindicalismo revolucionário! Numerosas são também as associações que encaram de boa mente tomar parte em comissões mistas «para estudar os problemas da indústria». Da colaboração de classes ao conflito com a própria classe vai, como se imagina, um passo curto que alguns não hesitam em dar: a concorrência entre trabalhadores em período de crise e de desemprego sofre tal agravamento que uma associação do Porto pede explicitamente ao Governo medidas de desenvolvimeto rural, a fim de que os trabalhadores do campo não venham para as cidades fazer-lhes concorrência; não são, de resto, os únicos a apresentar tal tipo de reivindicação.

Ainda nesta categoria de reivindicações, vemos os operários, ou, pelo menos, os dirigentes das suas associações, afastarem-se decididamente desses sapateiros do Porto, que «só esperam da sua força organizada». A associação dos operários têxteis do Norte, nomeadamente, consagra quatro parágrafos da sua resposta a pedir ao capitalismo nacional que desenvolva a produção de algodão em Angola. Os correeiros de Lisboa pronunciam-se a favor de uma «melhor prospecção dos mercados coloniais». Os próprios corticeiros sugerem ao Estado que Portugal tome a iniciativa de formar uma união dos países produtores para a defesa do artigo: é certo que visavam sobretudo as taxas aplicadas por países como a Inglaterra sobre o produto acabado, de maneira a proteger a indústria transformadora nacional importadora de cortiça em bruto.

Esta atitude, que consiste em ligar a sua sorte à dos industriais, não era desencorajada pelo congresso operário de 1909, cuja plataforma reivindicativa é frequentemente invocada pelas associações de classe. Não esqueçamos, todavia, que o congresso de 1909 dera lugar, desde o começo, a uma cisão importante entre socialistas e sindicalistas revolucionários. Inicialmente, o congresso devia reunir em Lisboa, a partir de 4 de Julho, 28 sindicatos, 4 centros socialistas e algumas cooperativas, e no Porto, a partir do dia 25, 57 associações. Porém, logo na primeira sessão, em Lisboa, a ruptura faz-se a propósito da participação dos centros socialistas, à qual se opunham, naturalmente, os partidários da autonomia operária em relação aos partidos. Estes sindicalistas acabariam por abandonar o congresso, convocando uma série de reuniões paralelas, em que participaram, a partir de 5 de Setembro, 31 associações de classe, bem como algumas cooperativas. No Porto, os animadores do grupo de Propaganda Libertária, que publicava *O Libertador*, e do Comité de Propaganda Sindicalista, a que pertencia Manuel Joaquim de Sousa, entraram igualmente em cisão⁴⁰. Quando as Associações de classe que responderam à Inquirição invocam as conclusões do congresso, referem-se, pois, ao congresso controlado pelo Partido Socialista, e não ao congresso cisionista.

⁴⁰ M. Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 4.^a ed., Porto, Afrontamento, 1974, pp. 77 e segs.

Aliás, a tendência para ligar os interesses operários aos da indústria não é específica de Portugal, mas sim do reformismo: em 1914, aquando do congresso de fundação da União Operária Nacional, os socialistas vieram de novo à baila com a questão, deparando-se de novo com a afirmação de autonomia que lhes opunham sindicalistas e anarquistas ⁴¹. Voltando a 1909, há ainda quem invoque as decisões do congresso para reivindicar a proibição do trabalho nas prisões: mas nem todos têm esta reacção, vigorosamente condenada por Marx na sua *Crítica do Programa de Gotha*, pois há quem proponha, a este respeito, um salário para os presos igual ao praticado nas fábricas.

A sombra do reformismo projecta-se ainda numa quarta categoria de reivindicações menos importantes e a que se pode chamar «de transição», tais como o ensino técnico, ou mesmo as universidades populares, as bolsas do trabalho — que entretanto tinham perdido o sentido de duas décadas atrás, quando Bernardino Machado, então ministro da Monarquia (1893), as proibira antes mesmo de abrirem — e os tribunais conciliatórios. Em contrapartida, quando a espontaneidade logra transparecer, encontramos reivindicações de ordem totalmente diversa, algo radicais para a política da época, como a abolição do serviço militar ou a instauração do sufrágio universal.

Fica-se, no entanto, com a impressão de que a maioria das associações que responderam ao inquérito (seriam elas a maioria das associações do País? É possível.) se recortam com aquelas em que os dirigentes socialistas eram mais influentes. Não esqueçamos, como já atrás se vincou, que a Inquirição fora feita a pedido do congresso de 1909 e apoiada pelo próprio rei. Esta impressão é reforçada pelas alusões, em algumas respostas, à necessidade de criar um Instituto do Trabalho e de promulgar um Código do Trabalho, medidas que tendem, como é óbvio, a colocar o movimento operário na dependência do Estado, encorajando essa visão do «Estado-Providência» que um homem como Manuel Joaquim de Sousa, anarco-sindicalista, atacava com tanto vigor.

Na realidade, uma questão como a da intervenção proteccionista do Estado, nomeadamente no domínio pautal, é típica. São muitas as associações, como se viu, que vêm em socorro da «defesa do trabalho nacional». A limitação das importações — de tecidos, calçado, móveis, tonéis, etc. — é a reivindicação mais frequente, claro. Mas também há quem peça a proibição das exportações de tal ou tal matéria-prima: o caso da cortiça é o mais conhecido. *O Século* de 1 de Outubro de 1910 assinalava várias vezes que as reivindicações dos corticeiros eram apoiadas pelos industriais, cuja nacionalidade — catalães, franceses ou ingleses — não tirava nada ao patriotismo com que defendiam «o trabalho nacional». Sabemos, aliás, que o primeiro-ministro da altura, Teixeira de Sousa, cedera em toda a linha às reivindicações operárias; posteriormente, o ministro republicano encarregado do assunto, Brito Camacho, confirmaria a decisão do Governo monárquico. Isso não impede que as quantidades de cortiça exportada em bruto tenham continuado a aumentar imenso e que as exportações de rolhas — então a principal manufactura de cortiça — só tenham ultrapassado as

⁴¹ Cf. César Oliveira, *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973, designadamente os textos d'*O Sindicalista* (de 2 de Novembro de 1913 a 22 de Fevereiro de 1914) insertos a pp. 81-181.

quantidades de 1907, de maneira apreciável, depois da crise mundial de 1929 ⁴².

Por outro lado, há outros grupos operários, muito próximos dos corticeiros tanto no espaço como na militância, como os soldadores da indústria das conservas, que se pronunciam vigorosamente contra qualquer forma de protecção alfandegária, «esse vestígio do passado, esse inimigo do progresso». Mas encontraremos uma opinião paradoxalmente mais radical neste debate: a dos tecelões do Porto, cujo ofício vinha sendo rapidamente destruído pela mecanização acelerada consecutiva à greve de 1903.

Mediante uma inversão radical do raciocínio provocada pelo desespero da sua situação, acabam por pronunciar-se contra o protecçãoismo: «Antes da reforma pautal de 1892, a indústria da tecelagem empregava cinco vezes mais pessoal do que actualmente, e os industriais, quer pessoalmente quer constituindo empresas capitalistas [os tecelões, aparentemente, só consideram «capitalistas» as sociedades], lançaram-se na aventura da mecânica, desprezando a indústria manual. Dado que, mecanicamente, a produção é muito maior, sendo a produção de um tear mecânico três vezes superior à de três teares manuais [isto é, nove vezes superior], dois terços dos operários empregados na indústria perderam o trabalho; [a pauta] tornou-se antiproteccionista no que respeita aos operários [...]. Só ajudou uma meia dúzia de ambiciosos que enriqueceram com as lágrimas dos tecelões famintos. A classe dos tecelões morre lentamente, por causa da baixa do preço do produto e da concorrência da mecânica; devia-se portanto autorizar a entrada livre do produto estrangeiro, de maneira a acabar com a horda de ambiciosos que vivem e prosperam à sombra da pauta.» Outra associação do mesmo ramo confirma aquela atitude: «Sob a influência da pauta actual, assistiu-se à substituição do trabalho manual pelo trabalho mecânico, ao mesmo tempo que a indústria se desenvolvia em todo o País. Deste desenvolvimento só resultaram inconvenientes para os operários, pois a pauta só beneficia os industriais, que fazem lucros e fortunas fabulosos enquanto os operários morrem de fome.»

Acabámos, pois, de ver como e quais as necessidades operárias que se exprimem, umas vezes autonomamente, outras mistificadamente, através das respostas ao questionário de 1909. Se é certo que os objectivos autónomos expressos são aqueles em torno dos quais o movimento reivindicativo e organizativo crescerá ao longo dos anos seguintes, não é menos verdade que muitos dos pedidos e sugestões apresentados em 1909 pelo operariado, ou, pelo menos, pelos seus representantes da altura, denotam uma implantação real do reformismo no seu seio. Uma implantação organizativa e ideológica que é de tomar tanto mais a sério, que é de crer tanto mais enraizada, quanto logra, precisamente, materializar-se em objectivos concretos perfilhados por camadas sem dúvida significativas do proletariado do País nas vésperas da implantação da República.

Parece termos aqui uma prova mais de que, contrariamente a uma visão ideológica dos movimentos de classe, uma visão que coloca a organização *antes* da classe, é a autonomia dos objectivos materiais, o seu antagonismo (a eventualidade e o grau desse antagonismo) com o patronato e

⁴² H. Barros Bernardo, *A Indústria Corticeira em Portugal*, Lisboa, 1946, pp. 140-141. Eis as quantidades, em milhares de toneladas, das exportações de rolhas: 1908: 4,1; 1909: 4,0; 1910: 4,0; 1911: 3,8; 1912: 4,2; 1913: 4,0; 1914: 3,4; 1915: 3,5; 1916: 4,3; 1917: 3,2; etc.

o Estado, que fundaria a conquista da autonomia organizativa e ideológica, e não o contrário. Tão tarde como 1 de Outubro de 1910, o jornal republicano moderado *O Século* podia ainda dar-se ao luxo de cobrir ampla e simpaticamente as greves dos corticeiros e tanoeiros então em curso, mas depressa o grande quotidiano engoliria a facilidade triunfalista com que assimilara os gritos de «revolução social», que se faziam ouvir no Barreiro e no Poço do Bispo, aos gritos de «revolução republicana». Do mesmo modo que os carbonários, cheios de boas intenções em 5 de Outubro, levariam menos de seis meses a desfilar pelas ruas de Lisboa, de chapéu de coco, contra os operários em greve «que faziam o jogo dos monárquicos». Mas a moral desta história terá de ser tirada noutra ocasião.